



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII — Nº 8

QUINTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1993

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 2, DE 1993-CN

Da Comissão Mista, sobre a constitucionalidade e sobre o mérito da Medida Provisória nº 312, de 11 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, revoga a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, e dá outras providências”.

Relator: Senador Cid Sabóia de Carvalho

O Sr. Relator (Cid Sabóia de Carvalho) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, esta medida provisória, como V. Ex^{as} sabem, trata de dois aspectos fundamentais: a Advocacia-Geral da União e a Lei nº 8.200.

O impacto da revogação da Lei nº 8.200, numa leve frase, levou a Relatoria a designar um relator auxiliar para um estudo, que se conclui do modo como foi apresentado a V. Ex^{as} no presente momento.

Mediante a Mensagem nº 4, de 11 de fevereiro de 1993, a Presidência da República submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 312, de 1993. A iniciativa em questão tem por objetivo dispor sobre a remuneração dos cargos em provimento em comissão da Advocacia-Geral da União e revogar a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

Justifica-se a aludida decisão presidencial, haja vista que a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, na forma aprovada pelo Congresso Nacional, não estabeleceu a remuneração dos cargos previstos. A questão torna-se emergencial se considerada a necessidade de efetivar o provimento imediato dos cargos em comissão, que independem da realização de concurso público.

No que tange à fixação da remuneração dos cargos de provimento em comissão, cumpre esclarecer que a Iniciativa em questão, além de atender aos pressupostos contidos no art. 62 da Constituição Federal, é, quanto ao mérito, de fundamental importância para a administração pública. Em verdade, são cargos de provimento em comissão da mais alta relevância que necessitam ter o aspecto remuneratório legalmente definido. Assim é que, no mérito, justifica-se plenamente a edição da Medida Provisória nº 312, de 1993, nesta parte.

Convém salientar, também, que a matéria insere-se entre as iniciativas privativas da Presidência da República, conforme

o disposto na alínea a, inciso II, § 1º, do art. 61 da Constituição Federal.

Várias emendas foram apresentadas; inclusive uma delas, sobre a Advocacia-Geral da União, será acolhida pelo Relator. Relativamente às emendas apresentadas à Medida Provisória sob exame, cabe expender os comentários prévios que faremos a partir de agora.

A Emenda nº 4, ora referida, suprime do texto proposto, em seu art. 2º, *in fine*, a criação do cargo de procurador seccional. Tal postulação fundamentou-se no argumento de que um único procurador seccional não atenderia a todas as seções judiciárias, de acordo com a previsão estabelecida no art. 110 da Constituição Federal. A rigor, a criação de apenas um cargo pode atender à realidade administrativa atual do órgão, o que, *data venia*, invalidaria o argumento esposado pelo ilustre autor da emenda. Não nos parece lógico impedir a criação de um cargo de procurador seccional porque seria melhor atender a todas as seções judiciárias.

Sucede que as necessidades administrativas são fundamentalmente da alçada do Executivo, que, no momento, julga que apenas um cargo de procurador seccional deva ser criado. A óptica é da Presidência da República e não uma óptica fora do Poder Executivo. Assim sendo, dada a inexistência de argumentos mais convincentes, opinamos pela rejeição desta emenda.

A Emenda nº 5 visa impor interrupção por 90 dias dos prazos processuais em favor da União. Esta emenda, além de tomar essa providência muito lógica e que vai alterar a vigência do art. 67 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, se alarga e tem um parágrafo único onde exclui alguns órgãos dos favores dessa interrupção.

A emenda original diz que são interrompidos por 90 dias os prazos em favor da União, a partir da vigência dessa lei; o parágrafo único dessa emenda do Deputado Elvécio Castelo saliente que a interrupção prevista no *caput* do artigo proposto não se aplicaria às causas em que as autarquias e as fundações públicas sejam autoras, rés, assistentes, oponentes, recorrentes ou recorridas e aquelas de competência da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Eu, no momento em que examino a emenda, pretendo acolhê-la somente quanto ao artigo em si, sem incluir o parágrafo, porque essa exclusão é uma matéria minudente proces-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

sual e que só pode ser resultante da aplicação do próprio Código de Processo Civil. Como a Advocacia-Geral da União teve uma organização em que chama a si a Procuradoria da Fazenda Nacional para a direção intelectual, as procuradorias previdenciárias e as procuradorias autárquicas, de um modo geral, todos os assistentes jurídicos, vai criar, ainda, a carreira de Advogado da União, entendo que essa exceção que está no parágrafo único não deve ser acolhida, deixando esse dispositivo ao exame do Poder Judiciário.

Na medida provisória, proponho o atendimento da emenda apenas na parte que diz: "São interrompidos por 90 dias os prazos em favor da União, a partir da vigência desta lei".

Aliás, o ex-Ministro Francisco Dornelles havia me proposto, quando cheguei para o trabalho, que fizessemos da seguinte forma:

"O caput do art. 67, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 67. São interrompidos, por 90 dias, os prazos em favor da União, a partir da vigência desta lei complementar."

Esse espírito aqui é o bastante, não precisa a minudência. Mas prefiro a forma direta, porque essa medida provisória, convertida em lei, revogará o art. 67 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Fica uma forma mais direta, mais incisiva e de mais fácil compreensão.

Acolhemos a medida provisória com as alterações propostas pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima, na versão que traz para o art. 7º, que mudará a numeração após o projeto de conversão, porque haverá a inclusão no artigo exatamente sobre os prazos.

Por essas observações que estou fazendo e com o trabalho feito pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima, concluiremos, evidentemente, por um projeto de conversão, que será exatamente o seguinte:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 1, DE 1993

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A remuneração dos cargos de Advogado-Geral da União, de Procurador-Geral da União, de Procurador-Geral da Fazenda Nacional, de Consultor-Geral da União, de Corregedor-Geral da Advocacia da União, a que se referem

os arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, bem como do Procurador Regional e de Procurador Seccional, é a constante do anexo a esta medida provisória.

Parágrafo único. O cargo de Advogado-Geral da União confere ao seu titular todos os direitos, deveres e prerrogativas de Ministro de Estado, bem assim o tratamento a este dispensado.

Art. 2º Ficam criados na Advocacia-Geral da União cinco cargos de Procurador Regional e um de Procurador Seccional.

Art. 3º O quadro de cargos do grupo Direção e Assessoramento Superiores e de funções de representação de gabinete da Consultoria-Geral da República é transposto para o gabinete do Advogado-Geral da União, transformados em Consultores da União os cargos de Consultores da República.

Art. 4º Aplica-se às funções de representação de gabinete da Consultoria-Geral da República, transpostas para a Advocacia-Geral da União, o disposto no art. 13 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

Art. 5º As requisições do Advogado-Geral da União, na forma do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 1993, serão irrecusáveis até que seja constituído o quadro de pessoal de atividades auxiliares da Advocacia-Geral da União.

Art. 6º São interrompidos por 90 dias os prazos em favor da União, a partir da vigência desta lei.

Art. 7º As despesas decorrentes desta medida provisória correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando autorizada a transferência para a Advocacia-Geral da União, das dotações consignadas à Consultoria-Geral da República.

Art. 8º O inciso I, do art. 3º, da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I — Poderá ser deduzida, na determinação do lucro real, em seis anos-calendário, a partir de 1993, à razão de 25% em 1993 e de 15% ao ano, de 1994 a 1998, quando se tratar de saldo devedor."

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 1º de março de 1993. — Deputado **Mussa Demes**, Presidente — Senador **Cid Sabóia de Carvalho**, Relator — Senador **Bello Parga** — Deputado **Francisco Dornelles** — Deputado **Maurílio Ferreira Lima** — Deputado **Clóvis Assis** — contra — Deputado **Helvécio Castelo** — Deputada **Maria Laura** — contra.

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 5ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE MARÇO DE 1993

Sessão Solene destinada a comemorar o centenário de nascimento do ex-Senador Benedito Valadares Ribeiro.

Ata da 5ª Sessão Conjunta, em 10 de março de 1993

7ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Humberto Lucena

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo - Albano Franco - Alfredo Campos - Bello Parga - Beni Veras - Carlos Patrocínio - César Dias - Chagas Rodrigues - Darcy Ribeiro - Dario Pereira - Dirceu Carneiro - Divaldo Suruagy - Elcio Álvares - Eptácio Cafeteira - Esperidião Amin - Eva Blay - Flaviano Melo - Francisco Rollemberg - Garibaldi Alves Filho - Gilberto Miranda - Guilherme Palmeira - Henrique Almeida - Humberto Lucena - Hydekel Freitas - Iram Saraiva - Irapuan Costa Júnior - Jarbas Passarinho - João Calmon - João França - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Fogaça - José Paulo Bisol - José Richa - Júlio Campos - Júnia Marise - Jutahy Magalhães - Juvêncio Dias - Lavoisier Maia - Levy Dias - Lucídio Portella - Luiz Alberto - Magno Bacelar - Márcio Lacerda - Marco Maciel - Marluce Pinto - Mauro Benevides - Meira Filho - Moisés Abrão - Nabor Júnior - Nelson Carneiro - Nelson Wedekin - Ney Suassuna - Onofre Quinan - Pedro Simon - Rachid Saidanha Derzi - Raimundo Lira - Ronaldo Aragão - Ronan Tito - Ruy Bacelar - Valmir Campelo - Wilson Martins.

SERGIO BARCELLOS
VALDENOR GUEDES

BLOCO
B.PSTR

PARA'

CARLOS KAYATH
DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
HILARIO COIMBRA
JOSE DIOGO
MARIO CHERMONT
MARIO MARTINS
PAULO ROCHA
SOCORRO GOMES
VALDIR GANZER

BLOCO
PMDB
PMDB
BLOCO
PDT
BLOCO
BLOCO
B.PSTR
PMDB
PT
PCdoB
PT

AMAZONAS

ATILA LINS
BETH AZIZE
EULER RIBEIRO
EZIO FERREIRA
JOAO THOME
JOSE DUTRA
PAUDERNEY AVELINO
RICARDO MORAES

BLOCO
PDT
PMDB
BLOCO
PMDB
PMDB
BLOCO
PT

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO
CARLOS CAMURCA
EDISON FIDELIS
MAURICIO CALIXTO
NOBEL MOURA
PASCOAL NOVAES

BLOCO
B.PSTR
BLOCO
BLOCO
B.PSTR
BLOCO

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA
FRANCISCO RODRIGUES
JOAO FAGUNDES
LUCIANO CASTRO
MARCELO LUZ
RUBEN BENTO

BLOCO
BLOCO
BLOCO
PMDB
BLOCO
B.PSTR
BLOCO

AMAPA

AROLDI GOES
ERALDO TRINDADE
FATIMA PELAES
GILVAM BORGES
LOURIVAL FREITAS
MURILO PINHEIRO

PDT
BLOCO
BLOCO
PMDB
PT
BLOCO

RAQUEL CANDIDO	BLOCO	LUIZ PONTES	PSDB
REDITARIO CASSOL	B.PSTR	MARCO PENAFORTE	PSDB
		MARIA LUIZA FONTENELE	PSB
ACRE		MAURO SAMPAIO	PSDB
		MORONI TORGAN	PSDB
ADELAIDE NERI	PMDB	PINHEIRO LANDIM	PMDB
CELIA MENDES	BLOCO	SERGIO MACHADO	PSDB
JOAO MAIA	B.PSTR	UBIRATAN AGUIAR	PMDB
JOAO TOTA	BLOCO	VICENTE FIALHO	BLOCO
ZILA BEZERRA	PMDB		
		PIAUÍ	
TOCANTINS		B. SA	B.PSTR
		CIRO NOGUEIRA	BLOCO
DARCI COELHO	BLOCO	FELIPE MENDES	BLOCO
DERVAL DE PAIVA	PMDB	JOAO HENRIQUE	PMDB
EDMUNDO GALDINO	PSDB	JOSE LUIZ MAIA	BLOCO
HAGAHUS ARAUJO	PMDB	MURILO REZENDE	PMDB
OSVALDO REIS	B.PSTR	MUSSA DEMES	BLOCO
PAULO MOURAO	BLOCO	PAES LANDIM	BLOCO
		PAULO SILVA	PSDB
MARANHAO			
		RIO GRANDE DO NORTE	
CESAR BANDEIRA	BLOCO	ALUIZIO ALVES	PMDB
COSTA FERREIRA	B.PSTR	FERNANDO FREIRE	BLOCO
DANIEL SILVA	BLOCO	FLAVIO ROCHA	BLOCO
EDUARDO MATIAS	BLOCO	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
FRANCISCO COELHO	BLOCO	JOAO FAUSTINO	PSDB
HAROLDO SABOIA	PT	NEY LOPES	BLOCO
JAYME SANTANA	PSDB		
JOAO RODOLFO	BLOCO		
JOSE CARLOS SABOIA	PSB		
JOSE REINALDO	BLOCO		
MAURO FECURY	BLOCO	PARAIBA	
NAN SOUZA	B.PSTR	ADALTO PEREIRA	BLOCO
PEDRO NOVAIS	BLOCO	EFRAIM MORAIS	BLOCO
ROSEANA SARNEY	BLOCO	EVALDO GONCALVES	BLOCO
SARNEY FILHO	BLOCO	FRANCISCO EVANGELISTA	BLOCO
		IVAN BURITY	BLOCO
CEARA		IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
		JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
AECIO DE BORBA	BLOCO	JOSE MARANHÃO	PMDB
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO	RIVALDO MEDEIROS	BLOCO
ARIOSTO HOLANDA	PSB	VITAL DO REGO	PDT
CARLOS BENEVIDES	PMDB	ZUCA MOREIRA	PMDB
CARLOS VIRGILIO	BLOCO		
EDSON SILVA	PDT	PERNAMBUCO	
ERNANI VIANA	B.PSTR	ALVARO RIBEIRO	PSB
ETEVALDO NOGUEIRA	BLOCO	FERNANDO LYRA	PDT
GONZAGA MOTA	PMDB	GUSTAVO KRAUSE	BLOCO
JACKSON PEREIRA	PSDB	INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
JOSE LINHARES	B.PSTR	JOSE CARLOS VASCONCELOS	BLOCO
LUIZ GIRAO	PDT		

PMDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PMDB
S/P
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PSDB
PSE
PDT

MINAS GERATS

PSDB
PMDB
PSDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PSDB
PMDB
PMDB
PMDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PT
BLOCO
PMDB
PMDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
B. PSTR
PMDB
B. PSTR
BLOCO

BAHTA

PT
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PDT
PDT
BLOCO
BLOCO
PMDB
PMDB
PCdoB
PSDB
BLOCO
BLOCO

NILMARIO MIRANDA	PT	JOSE EGYDIO	BLOCO
ODELMO LEAO	BLOCO	JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT
OSMANIO PEREIRA	PSDB	JUNOT ABI-RAMIA	PDT
PAULO DELGADO	PT	LAERTE BASTOS	PDT
PAULO HESLANDER	BLOCO	LAPROVITA VIEIRA	PMDB
PAULO ROMANO	BLOCO	LUIZ SALOMAO	PDT
PEDRO TASSIS	PMDB	MARINO CLINGER	PDT
ROMEL ANISIO	BLOCO	MIRO TEIXEIRA	PDT
RONALDO PERIM	PMDB	NELSON BORNIER	BLOCO
SAMIR TANNUS	BLOCO	PAULO DE ALMEIDA	BLOCO
SAULO COELHO	PSDB	PAULO PORTUGAL	PDT
SERGIO FERRARA	PMDB	PAULO RAMOS	PDT
SERGIO MIRANDA	PCdoB	REGINA GORDILHO	PRONA
SERGIO NAYA	PMDB	ROBERTO CAMPOS	BLOCO
TARCISIO DELGADO	PMDB	RUBEM MEDINA	BLOCO
TILDEN SANTIAGO	PT	SERGIO AROUCA	PCB
VITTORIO MEDIOLI	PMDB	SERGIO CURY	PDT
WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO	SIDNEY DE MIGUEL	PV
WILSON CUNHA	BLOCO	SIMAO SESSIM	BLOCO
ZAIRE REZENDE	PMDB	VIVALDO BARBOSA	PDT
		VLADIMIR PALMEIRA	PT

ESPIRITO SANTO

ARMANDO VIOLA	PMDB
ETIEVALDA GRASSI DE MENEZES	BLOCO
HELVECIO CASTELLO	PSDB
JONES SANTOS NEVES	BLOCO
JORIO DE BARROS	PMDB
LEZIO SATHLER	PSDB
NILTON BAIANO	PMDB
RITA CAMATA	PMDB
ROBERTO VALADAO	PMDB
ROSE DE FREITAS	PSDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL	BLOCO
ALVARO VALLE	BLOCO
AMARAL NETTO	BLOCO
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO
BENEDITA DA SILVA	PT
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT
CARLOS LUPI	PDT
CARLOS SANTANA	PT
CYRO GARCIA	PT
EDESIO FRIAS	PDT
EDUARDO MASCARENHAS	PDT
FABIO RAUNHEITTI	BLOCO
FERES NADER	BLOCO
FLAVIO PALMIER DA VEIGA	BLOCO
FRANCISCO DORNELLES	BLOCO
FRANCISCO SILVA	B.PSTR
JAIR BOLSONARO	BLOCO

SAO PAULO

AIRTON SANDOVAL	PMDB
ALBERTO HADDAD	B.PSTR
ALDO REBELO	PCdoB
ALOIZIO MERCADANTE	PT
ARMANDO PINHEIRO	BLOCO
ARY KARA	PMDB
AYRES DA CUNHA	BLOCO
BETO MANSUR	PDT
CARDOSO ALVES	BLOCO
CARLOS NELSON	PMDB
CHAFFIC FARHAT	BLOCO
CHICO AMARAL	PMDB
DIOGO NOMURA	BLOCO
EDUARDO JORGE	PT
ERNESTO GRADELLA	S/P
FABIO MEIRELLES	BLOCO
FAUSTO ROCHA	BLOCO
FLORESTAN FERNANDES	PT
GASTONE RIGHI	BLOCO
GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
HEITOR FRANCO	BLOCO
HELIO BICUDO	PT
HELIO ROSAS	PMDB
IRMA PASSONI	PT
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
JOSE ABRAO	PSDB
JOSE ANIBAL	PSDB
JOSE CICOTE	PT
JOSE DIRCEU	PT

JOSE GENOINO	PT	LUIZ SOYER	PMDB
JOSE MARIA EYMAEL	BLOCO	MARIA VALADAO	BLOCO
JOSE SERRA	PSDB	MAURO BORGES	BLOCO
KOYU IHA	PSDB	PEDRO ABRÃO	B.P.STR
LUIZ CARLOS SANTOS	PMDB	RONALDO CAIADO	BLOCO
LUIZ GUSHIKEN	PT	VILMAR ROCHA	BLOCO
LUIZ MAXIMO	PSDB	VIRMONDES CRUVINEL	PMDB
MALULY NETTO	BLOCO	ZE GOMES DA ROCHA	BLOCO
MANOEL MOREIRA	PMDB		
MARCELINO ROMANO MACHADO	BLOCO	MATO GROSSO DO SUL	
MAURICI MARIANO	PMDB		
MAURICIO NAJAR	BLOCO	ELISIO CURVO	BLOCO
NELSON MARQUEZELLI	BLOCO	FLAVIO DERZI	B.P.STR
OSWALDO STECCA	PMDB	GEORGE TAKIMOTO	BLOCO
PAULO NOVAES	PMDB	JOSE ELIAS	BLOCO
PEDRO PAVAO	BLOCO	MARILU GUIMARAES	BLOCO
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	VALTER PEREIRA	PMDB
ROBSON TUMA	BLOCO	WALDIR GUERRA	BLOCO
TADASHI KURIKI	BLOCO		
TUGA ANGERAMI	PSDB	PARANA	
VADAO GOMES	B.P.STR		
VALDEMAR COSTA NETO	BLOCO	ANTONIO BARBARA	PMDB
WALTER NORY	PMDB	BASILIO VILLANI	BLOCO
		CARLOS SCARPELINI	B.P.STR
MATO GROSSO		DELCEINO TAVARES	B.P.STR
AUGUSTINHO FREITAS	BLOCO	DENI SCHWARTZ	PSDB
ITSUO TAKAYAMA	BLOCO	EDESIO PASSOS	PT
JOAO TEIXEIRA	BLOCO	EDI SILIPRANDI	PDT
JOAQUIM SUCENA	BLOCO	ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
JONAS PINHEIRO	BLOCO	FLAVIO ARNS	PSDB
JOSE AUGUSTO CURVO	BLOCO	IVANIO GUERRA	BLOCO
RODRIGUES PALMA	BLOCO	JONI VARISCO	PMDB
WELINTON FAGUNDES	BLOCO	LUCIANO PIZZATTO	BLOCO
		LUIZ CARLOS HAULY	B.P.STR
		MATHEUS IENSEN	BLOCO
DISTRITO FEDERAL		MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
AUGUSTO CARVALHO	PCB	ONATREVES MOURA	BLOCO
CHICO VIGILANTE	PT	OTTO CUNHA	BLOCO
JOFRAN FREJAT	BLOCO	PAULO BERNARDO	PT
MARIA LAURA	PT	PEDRO TONELLI	PT
OSORIO ADRIANO	BLOCO	PINGA FOGO DE OLIVEIRA	B.P.STR
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB	REINHOLD STEPHANES	BLOCO
		RENATO JOHNSON	B.P.STR
		SERGIO SPADA	B.P.STR
GOIAS		WERNER WANDERER	BLOCO
ANTONIO DE JESUS	PMDB	WILSON MOREIRA	PSDB
ANTONIO FALEIROS	PSDB		
DELIO BRAZ	BLOCO	SANTA CATARINA	
HALEY MARGON	PMDB	ANGELA AMIN	BLOCO
JOAO NATAL	PMDB	CESAR SOUZA	BLOCO
LUCIA VANIA	PMDB	DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB

CERCIO KNOP
EDISON ANDRINO
HUGO BIEHL
JARVIS GAIKZINSKI
LUCI CHOINACKI
LUIZ HENRIQUE
NELSON MORRO
NEUTO DE CONIO
ORLANDO PACHECO
PAULO DUARTE
RUBERVAL PILOTTO
VALDIR COLATTO
VASCO FURLAN

RIO GRANDE DO SUL

ADROALDO STRECK
ADYLSO MOTA
ALDO PINTO
AMAURY MULLER
CARLOS AZAMBUJA
EDEN PEDROSO
EDSON MENEZES SILVA
FERNANDO CARRION
FETTER JUNIOR
GERMANO RIGOTTO
HILARIO BRAUN
IBSEN PINHEIRO
IVO MAINARDI
JOAO DE DEUS ANTUNES
JORGE UBUED
JOSE FORTUNATI
LUIS ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON PROENÇA
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
PRATINI DE MORAES
VALDOMIRO LIMA
VICTOR FACCONI
WALDOMIRO FIORAVANTE
WILSON MULLER

PDT
PMDB
BLOCO
BLOCO
PT
PMDB
BLOCO
PMDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PMDB
BLOCO

PSDB
BLOCO
PDT
PDT
BLOCO
PDT
PCdoB
BLOCO
BLOCO
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
BLOCO
PT
PMDB
PMDB
PMDB
BLOCO
PT
BLOCO
PDT
BLOCO
PT
PDT

e Srs. Representantes da família do eminente e ilustre homenageado:

Analisar a personalidade de Benedito Valadares Ribeiro envolve uma série de considerações não somente sociológicas, políticas e econômicas, mas, sobretudo, a apreciação de uma época, de um período de vida brasileira, notadamente entre 1930 a 1970, onde foi marcante, quase decisiva, em certos episódios, a atuação do eminente Deputado, Senador e Governador mineiro Benedito Valadares Ribeiro.

Stefan Zweig, que nasceu na Áustria e faleceu em Petrópolis, deixou uma obra na qual "pretende demonstrar que o destino de séculos é, amiúde, decidido no espaço de um único momento, e como o homem pode influir, assim, no porvir de milhões. Se este utiliza corretamente ou não o fatal instante, dificilmente se poderá responsabilizá-lo — uma vez que é a vontade mais alta da humanidade que se expressa em tais minutos, essa vontade superior que condicionou todas as nossas vidas e que nos serve até quando lhe parecemos resistir...

Muito sugestivamente, denominou-a "momento supremo", afirmando ainda: "São muito poucos os que sentem a importância desse acaso e o aproveitam para subir às culminâncias".

Se coubesse a esse grande escritor judeu, ele incluiria nesta definição a biografia de Benedito Valadares Ribeiro, como exemplo de um homem que teve a intuição de sentir a chegada do seu momento e não deixou escapar-lhe a oportunidade, podendo, assim, influir no porvir de milhões de brasileiros, durante mais de meio século de nossa História.

O destino lhe preparou esse momento, ao qual correspondeu com a argúcia do seu meio e as condições do seu tempo.

Nascido três anos após a Proclamação da República, em 1892, durante o período presidencial de Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, quando governava Minas o futuro Presidente Afonso Pena, Benedito Valadares, de sua Pará de Minas até a sua inesperada ascensão ao Governo do Estado, teve como antecessores grandes nomes da política mineira e brasileira: Bias Fortes, Silviano Brandão, Francisco Salles, João Pinheiro, Venceslau Brás, Bueno Brandão, Delfim Moreira, Artur Bernardes, Raul Soares, Melo Vianna, Antônio Carlos, Olegário Maciel e Gustavo Capanema.

Após a sua saída do governo, assistiu, influir e decidiu na escolha de seus sucessores, sejam os interventores da transição para o regime constitucional de 46, sejam os eleitos direta ou indiretamente, como Milton Campos, Juscelino Kubitschek, Clóvis Salgado, Bias Fortes, Magalhães Pinto, Israel Pinheiro e Rondon Pacheco, em cujo Governo veio a falecer, em 1973, aos 81 anos de idade.

Importa, agora, assinalar a hora em que o destino lhe experimentou a visão da História e ele se houve com a maestria dos que com ela se elegem.

Estamos em 1933; três anos antes Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba haviam empreendido pelas armas uma Revolução, para assegurar a investidura presidencial do candidato gaúcho, Getúlio Dornelles Vargas, cujo vice era o parai-bano João Pessoa, logo a seguir assassinado.

Em 1932, eclodira a Revolução Constitucionalista de São Paulo, a qual, no entanto, se apontavam outros interesses a fomentá-la.

No ano seguinte, em 1933, falece o então Presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, cuja eleição em 1930, fora feita de uma estratégia política de Antônio Carlos, que preci-

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Declaro aberta a sessão solene destinada a reverenciar a memória do ex-Senador Benedito Valadares Ribeiro, pelo centenário de seu nascimento.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Israel Pinheiro, que falará em nome da Câmara dos Deputados.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PRS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Membros convidados

sou conjurar uma difícil luta política entre Venceslau Brás, Artur Bernardes e Mello Vianna. Enquanto este havia chegado a Minas ungido pelo Catete, os outros dois queriam fazer seus candidatos, que no fundo eram eles próprios. A fórmula encontrada pelo velho Andrada não poderia ter sido mais astuta, no mesmo tempo que parecia ser impessoal: o candidato ao governo seria o presidente do Senado Mineiro, o octogenário Olegário Maciel, tendo como seu vice, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, o jovem Pedro Marques, político de Juiz de Fora, e seguidor de Antônio Carlos, que afirmava ser o candidato das forças situacionistas à sucessão de Washington Luís.

Mas o destino tece as suas teias. O jovem Pedro Marques, doente deste o primeiro ano do governo de Olegário Maciel, não pode sucedê-lo, em 1933, quando de sua morte.

Gustavo Capanema, um jovem advogado e intelectual, de Pitangui, vizinho e parente de Benedito Valadares, era homem escrupuloso. Em vez de assumir um papel impetuoso, decidido, quando do falecimento de Olegário Maciel, envia um telegrama — naquela época um *Union Western Western* — a Getúlio Vargas, que estava viajando de navio para o Recife, nos seguintes termos: “Assumo provisoriamente o Governo de Minas Gerais, em virtude do falecimento do eminente Presidente Olegário Maciel”.

E meu pai relatava na presença de Gustavo Capanema: “Capanema, se você não tivesse inserido o “provisório”, você ficaria governando Minas, porque a situação política era delicada e Getúlio Vargas não assumiria o risco de intervenção no Estado, ainda mais que, a época, a Polícia Militar tinha expressão numérica e militar.

Capanema, assumindo provisoriamente com o apoio de Flores da Cunha para permanecer Virgílio de Mello Franco, cujo pai Afrânio era Ministro de Getúlio, consegue o apoio de Oswaldo Aranha, para ser o substituto de Olegário, na interventoria de Minas.

É a política gaúcha com vistas sucessão de Getúlio Vargas, já disputada entre Flores da Cunha e Oswaldo Aranha que interfere na escolha do sucessor de Olegário Maciel em Minas Gerais.

Benedito Valadares era um desconhecido Deputado Federal no exercício do seu primeiro mandato. Tinha sido Vereador e Prefeito em Pará de Minas. Em 1930, após imediatamente a Aliança Liberal e é convocado, em 1932, a participar da resistência mineira contra os paulistas, no Sul de Minas, em Passa Quatro. É ali que começa seus relacionamentos políticos sobretudo com o General Cristóvão Barcellos, que comandava as tropas do Governo Federal.

Chamado ao Palácio do Catete, em 1933, quando do retorno de Getúlio do Nordeste, Benedito Valadares, já intrigado com uma pergunta do Chefe do Governo Provisório, se gostaria de morar no Rio de Janeiro e da qual se desvencilhara habilidosamente, ponderando que, por sua lealdade a Olegário Maciel, gostaria antes de consultá-lo a respeito — ele se vê agora sozinho diante do Presidente da República.

Neste episódio já se nota uma faceta da extraordinária habilidade política de Benedito Valadares: a fidelidade ao Chefe. Fora fiel a Olegário Maciel e com o seu falecimento, mostrou-se leal a Getúlio Vargas.

Alzira Vargas do Amaral Peixoto narrando o encontro do presidente com o futuro interventor, disse que soube de sua presença no gabinete do seu pai pela quantidade de bolinhas de papel que este costumava, insensivelmente, fazer nas horas de angústias e aflição.

Mostrando-lhe a lista de possíveis candidatos a ele entregue por Antônio Carlos, Vargas lhe pede para traçar o perfil de cada um. Os candidatos todos eram Deputados Federais da bancada mineira com assento na Câmara dos Deputados na oportunidade. Valadares, com habilidade, não os critica, mostra-se amigo de todos com os quais pode conviver, apenas salientando mais as virtudes dos que considerava mais chegados politicamente.

Quando termina, é surpreendido pelo pedido presidencial para que trace a sua própria biografia. Nos governos autocráticos, as decisões são tomadas na solidão do poder absoluto. Valadares pressente isso; esforça-se em não permitir que Getúlio perceba que suas mãos tremem; as bolinhas de papel se multiplicam; nervoso, tem a intuição de desvendar os objetivos de tal pedido; sente que não pode, porém, demonstrar que percebeu; poderia ser simplesmente imaginação sua. No entanto, não pode deixar passar a oportunidade.

O que fazer? Enquanto discorre sobre sua pessoa — como todo mineiro esconde seu ouro — mostra-se obscuro servidor da causa pública. Mas, ao final, a cartada de mestre: enfatiza que, com a morte de Olegário, a quem se manteve fiel até o último suspiro, encontrava-se politicamente órfão, motivo pelo qual, tendo lutado na Revolução de 30 para eleger Vargas, punha-se agora, a partir daquele instante, de corpo e alma, a seu serviço, pedindo-lhe que o apadrinhasse para o futuro.

Era de que Getúlio Vargas precisava: um jovem político que não despertasse inveja, inteiramente fiel, solidário em todas as ocasiões.

Ouçamos, também, o depoimento de Juscelino Kubitschek, sobre o mesmo episódio. As relações — dizia Juscelino — de amizade entre Benedito Valadares e Getúlio Vargas eram recentes, fruto de um vínculo familiar: Benedito Valadares solicitara ao seu conchunhado, o Capitão Ernesto Dornelles — e temos a honra de ter um filho seu aqui hoje — que intercedesse junto a Getúlio, de quem era primo, no sentido de que lhe fosse conseguida uma colocação no Rio de Janeiro.

Entretanto, em dezembro, como um presente de Natal, ele recebeu não a diretoria de um banco, nem uma nomeação para o cargo de advogado de uma das empresas que dependiam do Governo, como havia pleiteado, mas a interventoria em Minas Gerais.

E prossegue Juscelino Kubitschek: Getúlio Vargas, ao escolher Benedito Valadares, pensou estar aliciando um homem de aspirações limitadas e que se mostraria disposto a executar, sem hesitação, as suas ordens.

A história iria provar que ele, com toda a sua experiência, não avaliara bem o homem que havia escolhido para governar Minas. Benedito Valadares possuía os atributos dos políticos predestinados: a malícia política, a habilidade e, sobretudo, uma atenção irresistível pelo poder.

No dia mesmo de sua posse, quando o público já se retirara ele se deixou cair numa poltrona no salão nobre do Palácio da Liberdade e respirou aliviado.

Por fim, desabafou, dirigindo-se a Mário Matos, que se encontrava ao seu lado: “daqui não sairei mais”, enfatizou.

Normalmente, o político mineiro é julgado erroneamente. Fala-se muito do rapsodismo, da mineirice, que seria uma maneira de esconder o pensamento, de simular as emoções, enfim, uma esperteza que não condiz com a coerência, que é o forte de seu caráter.

Nós mineiros, somos fruto de uma formação cultural contraditória.

Somos a mistura do flegma com a fúria do racionalismo.

No político mineiro, muitas vezes, se confunde a modéstia com a cautela. Certa vez, foi dito a Gustavo Capanema, quando Senador da República: "V. Ex. é muito modesto." E ele respondeu: "Não, sou muito cauteloso."

Carregamos, na nossa formação social, o atavismo de experiências insuportáveis. Somos o resultado do colonialismo, com o esplendor de sua civilização mineradora do ouro e do diamante, que de repente se vê reduzido ao ruralismo agrícola da economia de subsistência e ao nomadismo da pecuária.

Dai vêm o homem das gerais e o das minas, como que formando dois tipos diferentes de mineiros, emoldurados pelas montanhas. O homem das minas é o das montanhas, que embora limitem seu horizonte, não o faz perder o sentido do universal. O homem das gerais é o senhor da planície, aquele que transpôs as montanhas, encarnando o universal. São homens como Benedito Valadares, Gustavo Capanema e Juscelino Kubitschek que melhor predizem os mineiros das Gerais.

Assumindo o Governo de Minas em 1933, procurou se cercar sempre dos melhores, dos mais aptos, dos mais capazes. Dizia sempre: "Em política, temos que nivelar por cima. Quanto mais competentes os nossos auxiliares, mais tenho o tempo e o prazer de exercer o jogo político." E ninguém mais do que ele, em Minas Gerais, exerceu esse jogo com sensibilidade e competência.

Terminado os trabalhos da Constituinte estadual de 1934, foi eleito pela Assembleia Legislativa governador de Minas Gerais, prometendo cumprir o mandato com dignidade e servir ao povo com abnegação.

Negociador hábil, político de visão, muitas vezes, sua atuação foi confundida com adesismo e mesmo fisiologismo. Benedito Valadares tinha — como dizia João Pinheiro — o senso grave da ordem. Como bom mineiro, admitia a ordem, exigia a ordem, mas com liberdade. Para ele, a disciplina era fundamental para que se pudesse promover, dentro da liberdade, o desenvolvimento econômico e o bem comum.

A partir de 1936, tenta articular uma candidatura única à sucessão de Getúlio, que se daria em 1938. Recebe o apoio dos Governadores Juracy Magalhães, da Bahia; Carlos Lima Cavalcante, de Pernambuco; e de Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul. Infelizmente, o Governador de São Paulo, Armando Salles de Oliveira, não compactua com a idéia política de Benedito Valadares, o que faz com que o caldeirão político comece a ferver. Em 1937, convoca para uma reunião histórica, em Poços de Caldas, os governadores da Bahia, Pernambuco e Santa Catarina. O objetivo era persuadir Armando Salles de Oliveira a desistir de sua candidatura — Getúlio Vargas não o aceitava — em favor de um nome que atendesse aos interesses da Nação, concorrendo como candidato único.

A situação política preocupava o governador mineiro. O surgimento do fascismo e do nazismo na Europa, modificando o equilíbrio de forças na política mundial, são fundamentais para entendermos a atuação de Benedito Valadares, nos anos de 1936 e 1937, decisivos para os rumos que tomaram a política brasileira.

Em abril de 1937, Getúlio Vargas, já desinteressado do processo sucessório, determina a Benedito Valadares que coloque à disposição de seu Ministro da Guerra, General Eurico

Gaspar Dutra, a Polícia Militar de Minas Gerais. Agiganta-se novamente a figura de Benedito Valadares. O homem aparentemente subserviente a Getúlio Vargas diz não, recusando-se a colocar à disposição do Governo as tropas mineiras. "Minas não aceita a ditadura!" — diz Benedito. E profetiza: "a movimentação política, a fermentação política, levará à ditadura".

Não obedecendo as determinações do Governo Federal, não lhe resta a outra alternativa: não procurar apoio nas lideranças mineiras. Dissimulado, anuncia que, do Rio de Janeiro estava seguindo para São Paulo, quando na verdade veio para Minas, reunindo-se em Barbacena com Virgílio de Melo Franco, José Francisco Bias Fortes e o então Presidente da Câmara dos Deputados, Pedro Aleixo, recebendo o apoio de que necessitava a uma eventual oposição declarada a Getúlio Vargas.

Sendo juiz de Fora a sede da 1ª Divisão do Exército, a melhor estratégia seria organizar a resistência das tropas mineiras em Barbacena.

Habilidoso, escreve a Getúlio Vargas, procurando contornar a situação. Na carta, insiste na candidatura única, não descarta a possibilidade de rompimento e alerta quanto à possibilidade de um regime ditatorial, já que o Presidente estava perturbando a sucessão federal.

Getúlio cede. Quando recebe a carta, pronuncia a famosa expressão: "guampada de boi manso". Manso, porque havia cedido aos argumentos de Benedito Valadares.

Infelizmente, o destino não o ajudou. Lança e apóia a candidatura José Américo, preferência de Juracy Magalhães e Flores da Cunha. No entanto — perdoem-me — faltou habilidade ao ilustre e saudoso político paraibano, que, durante a campanha, agrediu desnecessariamente Getúlio Vargas. Benedito insiste em uma mudança de tom, até porque, sem o apoio do Presidente, a candidatura de José Américo tornava-se inviável. Benedito Valadares, em 19 de junho de 1937 — vejam como era confuso e complexo o pensamento econômico daquela época — lança o Partido Nacionalista de Minas, que surgiu da fusão do Partido Progressista com facções do Partido Republicano Mineiro. Benedito Valadares necessitava de um Partido para dar apoio à candidatura de José Américo em Minas Gerais. A denominação "Partido Nacionalista de Minas Gerais" não combinava, como muitos dos Srs. Parlamentares presentes podem testemunhar, com o pensamento, com a formação, e a visão da economia mundial de Benedito Valadares. No entanto, havia, principalmente no meio militar, uma forte corrente nacionalista, e ele, mais uma vez, com habilidade e senso de oportunidade, preferiu a linha que considerou mais oportuna. E o Partido denominou-se Partido Nacionalista de Minas Gerais.

Não combinava com as posições de seu criador, nem com o temperamento mineiro, mas era uma ótima oportunidade política.

Há uma frase, que deveria orientar o discurso político de José Américo, que define perfeitamente não só o pensamento de Benedito Valadares, mas de toda uma geração que ele comandou: "Nem caminhando para a direita, nem para a esquerda, e, sim, no meio termo conciliador, em que todos os brasileiros se sintam felizes e tranquilos, podendo desenvolver livremente as suas iniciativas".

Essa era, sem dúvida, a linha mestra que orientava o pensamento nosso saudoso PSD, Partido fundado por Benedito Valadares, que influenciou, por longos e longos anos, a vida pública nacional. Mas José Américo pensava diferente — mesmo indicado em convenção de partido, com a candi-

datura já homologada — continua, pelo Brasil afora, a atacar Getúlio Vargas.

Meus caros amigos, uma indagação se faz necessária: por que Benedito Valadares, que reagia ao Golpe de 37, que defendia a candidatura de José Américo, ficou sem opção política? Penso que a resposta está no senso da realidade, o senso da ordem, que faz parte da nossa realidade, da consciência cívica de Minas Gerais.

Benedito Valadares, desiludido e sem opção, passa a articular o Golpe de 37; com grande destaque, enviando Francisco Negrão de Lima em busca do apoio dos governadores, e só não o encontrou em Juracy Magalhães, da Bahia. Articula e leva para Getúlio Vargas a conclusão de todo seu trabalho, e o Golpe de 37 é implantado sem nenhuma resistência significativa.

Continua ele a governar.

Não vou falar aqui sobre as obras de Benedito Valadares em Minas Gerais, porque teria que falar sobre meu pai, Israel Pinheiro, e nessa hora me emociono.

Ele me dizia sempre: “Meu filho, tive toda a autonomia para governar Minas, na minha área”. Primeiro, como Secretário de Viação e Obras Públicas, depois como Secretário de Agricultura.

Benedito delegava, confiava, acreditava em Israel Pinheiro e em todos os outros secretários, Ovídio de Abreu, Carlos Luz, Mário Casassanta. A administração, para ele, era acreditar, confiar e cobrar. Por isso, a obra material que deixou em Minas Gerais é notável.

Conto, aqui, um episódio com relação à construção do Grande Hotel de Araxá, que foi obra arrojada de meu pai. Ele dizia para o Governador que iria custar 500 contos, mas já sabia que iria custar 1 milhão e meio, e Benedito autorizava a liberação dos 500 contos. Evidentemente, esse dinheiro não dava. Iniciada a obra, acabava o dinheiro, meu pai dizia ao Governador que a obra estava incompleta: “Governador, o dinheiro acabou; o senhor não vai deixar para a história uma obra incompleta.” E o Governador liberava, imediatamente, o que faltava.

Ele já sabia. Benedito, mais tarde, contava-me esse episódio, na base da brincadeira, e dizia: “Seu pai pensava que estava me enganando e eu sabia muito bem que não iria custar só isso. Mas era um jogo que eu fazia com ele, porque isso despertava nele a vontade de terminar a obra.”

Enfim, Benedito não era só o político, era um administrador na sua expressão maior, porque ele sabia confiar, delegar e cobrar. O que falta muito nos tempos de hoje na política e na administração pública.

Veio o final da Segunda Guerra Mundial.

Novamente Benedito Valadares, democrata, procura Getúlio Vargas, convencendo-o da necessidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que restabeleceria o regime democrático.

Procurou Francisco Campos, seu parente, jurista influente, pois fora autor da Constituição de 1937, para que preparasse um anteprojeto de Constituição, e o levaram a Getúlio Vargas. O Presidente leu, releu e discutiu o assunto com os dois, mas, no final, o “engavetou” e mudou de assunto. Benedito, então, perceberam que Getúlio Vargas não estava interessado, realmente, no restabelecimento da legalidade democrática.

Inicia-se uma oposição a Getúlio, com o lançamento da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Benedito Valadares articula com Batista Luzardo e João Neves da Fontoura, um nome capaz de se opor ao do Briga-

deiro, que já empolgava a classe média urbana, principalmente nas mais importantes capitais do País.

Aqui, relato um fato que meu pai me contou: Benedito o encarregou de ir sigilosamente a Curitiba. Naquela época, ele era Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que possuía um avião monomotor. Ele e o piloto embarcam, para Curitiba. Lá chegando, antes de aterrissarem, ele disse ao piloto: “Você fica escondido, porque ninguém deve saber que estou chegando aqui.” Mas a primeira pessoa que se aproximou do avião conhecia o piloto. Meu pai ficou apreensivo com esse fato desagradável, mas nada aconteceu e o assunto permaneceu sigiloso. Mas o importante é que ele fora a Curitiba conversar com Juracy Magalhães, que, naquela época, era o comandante do batalhão militar daquela cidade. A conversa entre os dois girava em torno de qual seria o candidato ideal para enfrentar Eduardo Gomes. Juracy sugeriu o nome do General Eurico Gaspar Dutra, argumentando: “Contra um militar só um outro militar.” Meu pai levou essa resposta a Benedito Valadares e ele, então, passou a articular a candidatura do Ministro da Guerra de Getúlio à Presidência da República.

Imediatamente vai a São Paulo — vejam a extraordinária capacidade de articulação de Benedito Valadares — uma vez que era fundamental o apoio paulista a qualquer candidatura que viesse a ser lançada. De antemão, ele sabia que o Interventor Fernando Costa, era contrário ao nome de Dutra, o que o fez entender-se com Gastão Vidal, que se comprometeu a apoiar e fortalecer o nome do general.

Mais uma vez, relatarei um episódio pessoal: a campanha, nas ruas, do General Dutra contra Eduardo Gomes.

Nessa época, eu era estudante de engenharia no Rio de Janeiro; e notei que toda a sociedade era a favor do Brigadeiro, os lenços brancos. Eu indagava de meu pai: “Meu pai, como vamos ganhar essa eleição, se 99,9% dos meus colegas são a favor do Brigadeiro e eu sou o único que apóia o Dutra, na Escola de Engenharia.” Ele me respondia: “Pode deixar, meu filho, que nós vamos ganhar é no interior. A máquina do PSD é extraordinariamente bem montada no interior deste Brasil.” E aí ele contou-me um episódio que estava acontecendo no momento. Tinha sido marcado um comício em São Paulo para a arrancada da candidatura Dutra, e o Interventor Fernando Costa estava fazendo “corpo mole”, porque, naquela altura, Getúlio Vargas não se sentia muito à vontade em apoiar seu Ministro da Guerra. Quando o Interventor disse a meu pai, pelo telefone, que estava tendo dificuldades, ouviu de meu pai: “Não se incomode, não. Ao meu lado, aqui, está o Marechal Dutra, que vai conversar com o senhor”. Aí, evidentemente, a palavra pessoal de Dutra com Fernando Costa removeu todas as dificuldades do interventor e, daí para frente, surgiu o episódio do voto dos marmiteiros e a candidatura Dutra tornou-se vitoriosa.

Em 8 de abril de 1945, Benedito Valadares organiza o Partido Social Democrático. A 17 de julho preside a sua primeira convenção nacional do Partido Social Democrático. Foi eleito primeiro Vice-Presidente e Getúlio Vargas eleito o Presidente. Mas Getúlio não assumiu na verdade, porque naquela altura já articulava a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro.

Em 29 de outubro, os militares depõem Getúlio Vargas, suspeitando de que ele tramava o adiamento da eleição presidencial. Benedito Valadares apóia a medida, reafirmando ser a posição em relação a redemocratização do País e à candidatura Dutra.

Mesmo assim, é destituído do governo de Minas por José Linhares — o magistrado que assumiu interinamente a presidência da República — que lhe solicitou que indicasse um sucessor. Sua escolha recaiu no nome de Ovídio de Abreu que, tão logo chega a Minas para assumir o governo, é também destituído. José Linhares não cumpriu o compromisso assumido com Benedito Valadares.

Sucederam-se vários interventores, até a eleição do udenista Milton Campos, em 1947, facilitada pela cisão de uma poderosa ala do PSD chefiada por Carlos Luz, mas que contava ainda com Mello Vianna, Cristiano Machado, Alfredo Sá e Levisol Coelho, além dos jovens turcos, que eram ex-prefeitos no tempo do Estado Novo e que queriam prosseguir na vida pública candidatando-se a deputado estadual, o que estava sendo negado pela cúpula partidária, que não lhes assegurava lugar na chapa.

Foi uma convenção tumultuada. Até a hora da reunião, achava-se que Benedito Valadares apoiava o ex-Presidente Venceslau Brás, cujo nome havia sido sustentado pelo Presidente Dutra, e era aceito pelas bases partidárias.

Entretanto, ao iniciar-se a Convenção, viu-se que o candidato da cúpula partidária não era mais Venceslau Brás, mas Bias Fortes, o que provocou a cisão do grupo liderado por Carlos Luz, que marchou com a candidatura udenista de Milton Campos, assegurando-lhe a vitória.

Mas Benedito Valadares era político hábil. Seguiu com Bias Fortes, perdeu as eleições, mas não permitiu que a cisão se transformasse em rompimento. Em pouco tempo, os dissidentes, alguns eleitos deputado estadual pela legenda UDN, estavam de volta ao partido, prontos para uma nova sucessão.

As eleições de 1950, escolheriam governadores de Estado e o presidente da República. Eram de vital importância para o PSD, notadamente em Minas, onde precisavam retomar o poder. A figura de Benedito Valadares, mais uma vez, aparece no centro das articulações.

A UDN havia proposto a chamada “fórmula mineira”, onde o PSD indicaria quatro nomes, que seriam escolhidos pela UDN para ser o candidato à Presidência da República. O lançamento precipitado da candidatura Eduardo Gomes desmontou o pacto que mal dera seus primeiros passos.

A questão das sucessões, tanto estadual como a federal, passam para o âmbito do PSD, que precisava indicar candidatos próprios. Tudo parecia indicar que era chegada a hora de reparar a derrota de Bias Fortes, em 1947, fazendo-o candidato novamente. Benedito Valadares o apoiava.

Entretanto, surge um outro candidato, Juscelino Kubitschek, que passa a empolgar as bases partidárias, respaldado pela ótima administração feita como prefeito de Belo Horizonte, no tempo do Estado Novo.

Benedito Valadares, homem-chave das articulações, se opõe a seu antigo colaborador levando a questão para a comissão executiva que reunida em 24 de Janeiro, derrota Bias Fortes por uma diferença de um voto. Desta vez não há cisão. Benedito Valadares acata a decisão da cúpula e trabalha pela candidatura vitoriosa.

O problema afora era o candidato à presidência. Fracasada a “fórmula mineira”, com Getúlio Vargas silencioso em São Borja, Benedito Valadares, José Maria Alckmin e Israel Pinheiro articulam um nome capaz de derrotar o Brigadeiro.

Surgem dois nomes fortes dentro do PSD, o do catarinense Nereu Ramos e o do pernambucano Agamenon Magalhães. Mas o PSD mineiro era expressivo, e articula a candidatura Israel Pinheiro, que se torna forte na cúpula partidária.

Tudo parecia acertado, quando surge a candidatura Cristiano Machado, apoiada pelo Catete, que afinal torna-se a oficial do PSD.

Mas as resistências a seu nome eram muitas, tornando-se insuperáveis, quando ele se nega a seguir o conselho de Benedito Valadares e Israel Pinheiro, de ir ao Rio Grande do Sul pedir o apoio de Vargas. O desenlace todos conhecemos: Getúlio Vargas aceita disputar as eleições pelo PTB, recebendo expressivo apoio de grupos do PSD, que “cristianizaram” seu candidato.

Benedito Valadares participa ainda de duas outras importantes sucessões presidenciais. A primeira delas se opõe à candidatura de Juscelino, que ele julgava vitoriosa, sem condições de assumir o poder, pelo veto militar. Quando ela se fizera, recebeu seu apoio, e teve nele, uma peça importante nos acontecimentos que queriam impedir sua posse.

A outra, em 1960, ele se opõe a pretensão de Juscelino em indicar Juracy Magalhães, como candidato de conciliação nacional, porque via no seu gesto, uma fórmula para esvaziar o PSD e já preparar a sua volta ao poder, em 1965. Embora sem muita convicção deu seu apoio à candidatura Lott, que ele sabia de antemão derrotada.

Este era o político Benedito Valadares. Um homem que se opunha com veemência a determinadas candidaturas surgidas no seio do PSD, mas quando derrotado, acatava a maioria todo seu esforço nas campanhas, embora julgasse algumas irremediavelmente perdidas, como a de Cristiano Machado e Henrique Duffles Teixeira Lott.

Direi que Benedito Valadares, só para o definir bem, formou o partido mais poderoso do Brasil. O eminente Presidente desta Casa, Humberto Lucena, honrou os quadros do PSD, que comandou o Brasil de 1947 a 1964. A sua seção mais poderosa era, sem dúvida, a mineira. Ali militavam políticos importantes, como Juscelino Kubitschek, José Maria Alckmin, Tancredo Neves, Ovídio Abreu, Capanema, Bias Fortes, Carlos Luz, Paulo Pinheiro Chagas, para citarmos apenas os mais hábeis de sua época.

Benedito Valadares foi eleito Presidente do Diretório Estadual do Partido Social Democrático, em 1947, dele saindo — ouçam, Sr. Presidente, Srs. Congressistas — quando o partido foi extinto pelo AI-2, em 1966. Presidiu a sua seção mais poderosa por todo o tempo que esse partido subsistiu.

Creio que mostrei quem foi esse extraordinário Benedito Valadares Ribeiro.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aproveito para ler parte de um trecho de Tancredo Neves sobre o PSD:

“O PSD foi a transformação da máquina administrativa que Benedito Valadares montou para o seu governo, em partido político, acrescido realmente de algumas lideranças políticas mais representativas. O PSD foi organizado, inventado, com o que havia de mais representativo na liderança política no interior de Minas. Quando estava em vésperas de se organizar, Benedito Valadares deu um balanço nos seus redutos, verificou aqueles mais fracos, onde os adversários eram mais fortes e fez a troca. Trouxe os adversários para ele e entregou os seus companheiros para a UDN.”

Relatou-me o eminente Senador: “Meu filho, em política há que se separar as amizades políticas das amizades pessoais”. E gostava de dizer e Vice-versa. Na política, temos que contar com os mais poderosos, os mais fortes e não ficar no sentimentalismo da amizade pessoal.”

Caso típico é o de Barbacena. Ele optou em ficar com Bias Fortes, seu adversário até às vésperas de se criar o PSD, abrindo mão de José Bonifácio, que era seu líder na Assembléia Legislativa, o homem que o apoiava. E ele ficou com Bias Fortes porque achou que este tinha mais influência eleitoral em Barbacena do que José Bonifácio. Fez a mesma coisa em Cataguases, em Leopoldina e em diversos municípios mineiros.

Lúcia Hipólito, em seu livro **PSD de Raposas e Reformistas**, salienta um fato, definindo o manual do bom pessedista, "a primeira e mais importante regra é a demonstração de força eleitoral". "Bom pessedista é, antes de tudo, aquele que tem votos", afirma José Jofre. A força da tribuna e outras demonstrações de atributos parlamentares eram secundárias. O que importava era demonstrar, na hora das combinações, que se contava com tantos prefeitos e votações progressivas. Não se indagava a origem desses votos, se urbana ou rural. O que interessava era dar demonstração de força eleitoral.

O PSD sempre deu provas de fé no voto, nas regras do jogo democrático. E Oliveira Brito é que comenta e confirma: "Nós acreditávamos no voto, no regime democrático. É por isso que sempre respeitamos as decisões das urnas".

Não tínhamos a veleidade de chegar ao poder por outra estrada que não a do voto.

O PSD nunca foi golpista". O PSD foi uma verdadeira escola política", afirmava Ulysses Guimarães.

Os deputados estaduais, em geral, tinham sido prefeitos ou vereadores. Depois de várias legislaturas, é que alçavam vôo para o plano nacional, como deputados ou senadores. Isso foi fundamental porque evitava os improvisadores.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, como eram sábias as palavras de Dr. Ulysses Guimarães e como eram sábios o pensamento e a filosofia, do nosso PSD: "os improvisadores".

Esses homens, quando chegavam ao cenário nacional, já tinham tido um aprendizado no Estado e no município e traziam a vivência desses problemas.

Por isso, o PSD tinha um estado-maior composto de homens de larga experiência, o que não acontecia com outros partidos. O PSD era uma verdadeira escola de política.

Ao terminar, Sr. Presidente, não poderia deixar de mencionar o Benedito Valadares escritor, autor do *Esperidião*. *A Lua Caiu*, *Tempos Idos e Vividos* e *Na Esteira dos Tempos*.

Aqui, ele Senador e eu Deputado Federal, tive oportunidade de acompanhá-lo ao solicitar minha presença para fazer a revisão do seu último livro "A Lua Caiu". Ia ser uma biografia política. Ele me pedia para ler uma passagem e, então, falava: "Vou cortar porque se contar a verdadeira versão, vou deixar pessoas em dificuldades. Não posso deixar que isso aconteça, não posso deixar a família manchada pela história da biografia política". Era um raciocínio humano, sofisticado. Ele não se preocupava com o autor, a sua preocupação era com a família. Enfim, reduziu tanto o livro que não se percebe que se trata de uma biografia.

Embora tenha deixado um pensamento político dos mais refinados e escrito interessantes livros, era considerado homem de poucas letras. Tinha dois títulos universitários. Primeiro formou-se pela Escola de Odontologia de Belo Horizonte, não chegando a exercer a profissão. Em 1920, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade do Rio de Janeiro.

Conversando recentemente, com o eminente Deputado, ex-Embaixador e ex-Senador, Roberto Campos, contou-me

ele que, Benedito Valadares talvez, tenha sido o único parlamentar brasileiro que, quando Senador da República — e presidiu durante longos anos nesta Casa a Comissão de Relações Exteriores — pronunciou na ONU um discurso em francês, causando surpresa em seus adversários políticos.

Ele fazia questão de esconder sua intelectualidade, e me dizia sempre: "Finge de bobo para sobre-viver. Na política, aqueles que se apresentam com muita esperteza, com muito raciocínio, com muito "raposismo" são, em geral, evitados pelos colegas, pelos companheiros de partido, e nunca alcançam as posições maiores dentro da luta política".

Era uma estratégia que ele adotou a vida toda, muito menos preocupado com o discurso do que com a realidade, com a sua capacidade de articulação.

Encerrarei neste ponto, Sr. Presidente, porque se fosse contar as passagens de Benedito Valadares nesta Casa e na Câmara dos Deputados tomaria horas dos senhores ouvintes.

Conto, no entanto, um último caso, para resumir toda a sua atividade e habilidade. Quando era Líder do PSD nesta Casa, o eminente Presidente Aurélio de Moura Ardrad insistia para que Benedito Valadares assinasse um requerimento. Ele, que não tinha nenhuma disposição para assinar, evitava delicadamente essa tarefa, até que foi encorajado num canto, numa parede: "Senador Benedito, por favor, assine este requerimento". E ele respondeu, no último desespero: "Bem, para meu filho, eu vou a Belo Horizonte consumir o meu subútil".

Isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mostra a face habilidosa, genial de Benedito Valadares Ribicko.

Antônio Gontijo de Carvalho, escrevendo a biografia de Davi Campista, a que deu o título "Uma Conspiração Contra a Inteligência", faz alusão à ácida crítica feita por um amigo de Pandiá Calógenas à política mineira dizendo a qual "esta gosta de homens de talento sem caráter e de homens de caráter sem talento. Não tolera os que reúnem talento e caráter".

Antes, Sr. Presidente, que chegue a era em que a política passou a apreciar a antítese, a dos homens sem talento e sem caráter, busquemos a inspiração nos exemplos que nos deixam os nossos grandes homens do passado, como este cuja memória hoje reverenciamos.

Concluo, Sr. Presidente, invocando ainda o pensamento do grande escritor Stefan Zweig, com que iniciamos o nosso pronunciamento:

"As virtudes do cidadão, a previsão, a disciplina, o zelo e a paciência, armas magníficas durante os dias vulgares e pacíficos, todas se derretem, impotentes, nas brasas do grande instante fatal que exige somente gênios para transformá-lo em imagem duradoura. O indeciso é repellido com desdém e desprezo. Somente os atrevidos, os novos deuses da terra, são elevados pelos braços do fogo do destino aos céus dos heróis.

Era o que eu tinha dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos, que falará pelo Senado Federal.

O SR. ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, minhas Senhoras e meus Senhores, minhas Gerais, com toda a peculiaridade do ser mineiro, pôde produzir para o Brasil um montável número de figuras singulares, destaques nas Letras, nas Artes, nos Esportes, na Ciência, na Economia.

Na atividade política, no entanto, o meu Estado obteve a sua verdadeira singularidade, produzindo homens públicos consagrados, mitos inigualáveis na História brasileira.

É difícil enumerá-los, sob pena de se estar esquivando um ou outro em lapso imperdoável, provocado pela fragilidade da memória humana.

Por isso, é com grata satisfação que tomo hoje um símbolo da política mineira para prestar minhas homenagens, as homenagens do meu Estado e as homenagens do Congresso Nacional, nesta ocasião em que se comemora o centenário de seu nascimento.

Relembrar Benedicto Valladares, uma das expressões mais sólidas e representativas dessa mesma mineiridade, que se convencionou chamar de "jeito de se fazer política", é relembrar toda uma trajetória de vida rica de ensinamentos e de realizações, conforme convém aos grandes homens legar.

Nascido em Pará de Minas, ao formar-se em Odontologia e em Direito, inadvertidamente sintetizou a altivez de um Tiradentes com a tradição jurídica mineira. Optando por advogar, manteve-se aliovo no comando de suas causas.

Foi vereador, prefeito, comissionado no posto de capitão das forças legalistas, chefe de polícia na tropa. Em 1933, elegeu-se para a Câmara dos Deputados. Um mês após, foi nomeado interventor em Minas Gerais.

A simplicidade e a discrição foram o escudo de sua carreira política. As frases de efeito, sua arma: "Conversa com mais de três é comício" ou "Reunião, só depois do assunto resolvido".

Milton Campos referia-se a ele como "dotado de sabedoria natural". E não era para menos, conforme acentuou, por ocasião de seu falecimento, Magalhães Pinto:

"Essa sabedoria foi exercitada em momentos marcantes pela turbulência das grandes paixões cívicas, a emoção das horas decisivas em que as pátrias buscam seus destinos nacionais por entre árduos embates".

E continua o ex-Governador:

"Nesses instantes era que mais se destacava o espírito mineiro; prevalecia a calma e a prudência, a recusa em atender aos impulsos da vingança, de curvar-se às fáceis seduições da intransigência e da intolerância, a vontade de conciliar, o desejo de encontrar caminho menos áspero, o gosto ameno das soluções de concórdia, o exercício da paciência, a prática do diálogo que abre caminhos à nobreza dos entendimentos."

Durante 40 anos, a vida e a conduta pública de Benedicto Valladares foram efetivamente marcadas pela busca de concretizar esses princípios de comportamento.

Seu preparo intelectual, questionado pela maldade dos adversários, estava patente nos debates que sustentava com uma das inteligências mais bem dotadas do País e do Parlamento nacional: José Américo de Almeida. O ex-Senador Antônio Carlos chamava essas discussões de "diálogo vivo entre Câmara e Senado".

Sua obra literária também lhe confirma o valor cultural. *Esperidião, A lua caiu, Tempos idos e vívidos, Na esteira dos tempos* revelam o memorialista e o ficcionista da realidade circundante, numa clara demonstração de sua intimidade com Machado de Assis e com os grandes autores de nossa literatura.

O ex-Governador Francisco Negrão de Lima, do Estado da Guanabara, prestou seu testemunho acerca de Valladares:

"Não fazia rodas de amizades. Dele se dizia, e é verdade, que em política não gostava de testemunhas. A conversa se fazia a dois, ele inclusive. Três pessoas, para ele, significavam comício. Era bom de alma e coração. Teve adversários rancorosos, mas não inimigos pessoais, pois sabia conviver. Não atacava ninguém. Não era desabrido. E, às vezes, um traço de leve malícia perpassava em suas conversas íntimas, a respeito de diferentes assuntos e pessoas", conclui Negrão de Lima seu depoimento.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, minhas senhoras e meus senhores: É inegável o destaque de Benedicto Valladares na vida pública brasileira. Contou com auxiliares de renome.

É inegável o destaque de Benedicto Valladares na vida pública brasileira. Contou com auxiliares de renome, como José Maria de Alkmin, Israel Pinheiro, Luiz Martins Soares, Juscelino Kubitschek, além de outros de igual projeção.

Na Câmara, sua atuação destacou-se principalmente na Constituição de 1946, quando fez parte da Grande Comissão. Foi membro ativo de outros órgãos técnicos da Casa, como a Comissão de Constituição e Justiça e a de Legislação Social.

No Senado, participou da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Relações Exteriores — da qual foi presidente —, da Comissão de Serviços Públicos, da Comissão do Vale do Rio Doce, da Comissão de Reforma Constitucional. Cumpriu missões de relevo no exterior, salientando-se três participações na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas como enviado do Governo brasileiro.

Reservo, para o final, o que de mais marcante ocorreu na vida pública de Benedicto Valladares, mesmo porque diz respeito a sua atividade à frente do Executivo mineiro, oportunidade caracterizadora da grande figura do homem de visão e do probo gestor dos negócios do Estado.

Em sua administração, destacaram-se obras marcantes para a economia, tais como as usinas hidrelétricas de Gafanhoto, de Pai Joaquim e de Santa Marta, que formaram o núcleo das Centrais Elétricas de Minas Gerais, a CEMIG; construiu a rodovia Belo Horizonte/Araxá/Uberaba, que garantiu uma maior aproximação com o Triângulo Mineiro, antes servido apenas pela linha férrea da Rede Mineira de Viação e que conteve o ânimo separatista daquele povo; fomentou a agricultura e a pecuária, ao criar incentivos em busca do aumento da produção, modernizar as técnicas de cultivo e fornecer sementes melhoradas.

O Sr. Ronan Tito — Senador Alfredo Campos, peço perdão a V. Ex^a por interromper seu brilhante discurso, mas, com a devida vênia do Presidente, gostaria de homenagear o ilustre mineiro Benedicto Valladares, através de um pequeno aparte que tomaria pouco tempo do Plenário, quando V. Ex^a permitir.

O SR. ALFREDO CAMPOS — Concedo o aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Ronan Tito — Ainda há pouco, o Senador Divaldo Suruagy perguntava se eu havia conhecido Benedicto Valladares. Brincando, eu disse que fui empregado do Diretório do PSD, lá na rua Espírito Santo, e de uma certa maneira conheci todos esses homens de perto; não posso dizer que os conheci profundamente porque aqueles "monstros sagrados" não iriam dialogar com um ajudante de continuo. Mas algumas histórias são bem significativas do que representou cada homem desses na história de Minas Gerais e na história

do Brasil. Foi dito aqui pelo orador anterior, Deputado Israel Pinheiro, que Benedicto Valladares era tratado, principalmente na sua ausência, com uma certa mofa, com piadas; diziam que não tinha erudição, que era um analfabeto. Isso ocorria, inclusive, dentro do diretório do PSD; ficavam todos brincando. E o Deputado Antônio Dourado, o Douradinho, que tinha a capacidade de imitar várias vozes, fazia discursos, falando os maiores impropérios em nome do Benedicto Valladares. Mas quando se ouviam os passos do Benedicto Valladares na entrada todos ficavam em silêncio; ele atravessava duas, três salas e todos, reverentemente, o cumprimentavam: "Bom dia, Presidente" — como sempre o chamavam. Ele lhe dedicavam uma verdadeira adoração, e essa brincadeira era para desafogar um pouco essa grande distância que, verdadeiramente, o Dr. Benedicto Valladares mantinha das pessoas. Eu nunca vi alguém brincando com ele; ele mantinha distância — repito — mas também não se negava, em hora alguma, a quem se dirigisse a ele. Agora, as suas decisões eram fatais. O PSD se reunia, pelo menos em Minas Gerais, decidia tudo e depois ouvia o Presidente; se o Presidente Benedicto Valladares dissesse que não sabia, que iria deixar para amanhã, era porque nada havia sido decidido, estava tudo derrocado. Se pudéssemos definir a figura de Benedicto Valladares, eu a definiria como a de um homem de bom g tremendo, percebia os fatos de longe. Tive a oportunidade de hospedar-me em sua casa; a convivência com ele não recomendava que fosse um erudito, no entanto, as observações que sempre fazia eram de uma sabedoria incomum. Lembro-me de uma vez em que lá estávamos hospedados, para economizar dinheiro para o PSD, e ouvíamos Carlos Lacerda; quando ele acabou, meu companheiro, o Dr. Geraldo, virou-se para o Dr. Benedicto e disse: "Estou achando que o Lacerda tem razão em tudo". Ele disse: "Quase tudo. O Lacerda não espera a carne assar; sempre come cru". Hoje, sabemos a importância do *timing* na política; verifiquei, naquela pequena observação, a sabedoria do *timing*. Além do mais, o resultado da atuação de Benedicto Valladares na Presidência do PSD diz bem quem foi ele verdadeiramente. Disse o Deputado Israel Pinheiro que o PSD foi uma escola política; foi a única escola política que o Brasil já teve em toda a sua história, graças ao seu reitor, ao seu mestre, Benedicto Valladares. Agradeço a V. Ex.^a o aparte.

O SR. ALFREDO CAMPOS — O seu depoimento, Senador Ronan Tito, engrandece o meu discurso, e esta Casa, certamente, não poderia deixar de ouvir o testemunho de mais um Senador mineiro sobre a grande figura de Benedicto Valladares.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, senhoras e senhores, continuo as minhas palavras:

Como parte dessa tarefa modernizadora, instalou a Fábrica Escola Cândido Tostes, destinada a criar novas técnicas para a fabricação de produtos derivados do leite, da mesma forma que a Fábrica Escola Benjamim Guimarães e a Fazenda Escola de Florestal, especializadas na formação de técnicos agrícolas e técnicos em laticínios.

Quando assumiu o executivo mineiro, a população consumia leite *in natura*, danoso à saúde humana pela falta de controle sanitário do rebanho e pela deficiência na coleta e manuseio do produto. Benedicto Valladares importou técnicos e equipamentos da mais recente geração e os colocou à disposição da antiga Central do Leite — por ele instalada — que congregava os produtores mineiros e possibilitava o

consumo de leite e derivados dentro dos mais rígidos padrões de higiene e controle de qualidade. A Central tornou-se o embrião da Cooperativa Central dos Produtores de Leite de Minas Gerais.

O Parque de Exposições da Gameleira foi também obra do seu Governo, ainda dentro do espírito de desenvolver a produção pecuária.

Seu espírito ecológico ficou demonstrado com a criação do Parque Florestal do Rio Doce, uma reserva de cerca de 35 mil hectares de mata virgem, destinado a preservar, para as futuras gerações, a flora e a fauna da região.

O Hotel e as Termas de Araxá, paraíso de águas medicinais dentre os mais famosos em todo o mundo, foram também construídos durante sua administração.

A Pampulha, marco do modernismo de Niemeyer e Follmann, em Belo Horizonte, construiu-se em obra cativante do Governo Valladares, atraindo turistas e admiradores de arte de arte àquele bairro, à época, muito distante do centro da cidade, mas que conseguiu integrar-se a ele por meio de avenidas largas de escoamento rápido.

Essas foram as linhas gerais que serviram de sumário a uma rápida visualização do que foi aquele grande mineiro: a sua obra e a sua luta pelo surgimento de Minas no cenário nacional.

Se pouco se disse de Benedicto Valladares, muito se deveu a seu retraimento à divulgação de uma vida voltada para o interesse de servir.

No momento em que se reverencia sua memória, por ocasião do transcurso do centenário de nascimento desse ilustre filho de Pará de Minas, desejo expressar minha alegria de representar o pensamento do Senado Federal, tarefa que levo a cabo movido pela honra e pelo orgulho de um mineiro, incumbido de traçar o perfil político-administrativo de outro mineiro, orgulho nacional, simples e comedido, conforme convém aos grandes homens desprovidos de vaidade.

E sua simplicidade e seu comedimento estiveram patentemente no dia 2 de agosto de 1970, quando declinou do convite para candidatar-se à reeleição para esta Casa. Naquela data, pronunciou Benedicto Valladares, perante a Convenção da ARFENA, estas palavras sábias e singelas de alguém que se retirava, mas sabedor inconfesso de seu peso nas decisões partidárias e na vida pública nacional. Disse ele:

"Nesta oportunidade, cumpre-me declarar que não sou mais candidato ao Senado da República, a fim de dar oportunidade a que outros possam prestar serviços à Nação. Assim procedendo, fiável com minha consciência e com a minha dedicação ao Estado de Minas Gerais. Estou certo de que os mineiros saberão escolher representantes à altura das tradições do nosso Estado, para que sejam solucionadas as dificuldades da hora presente. Contarão, naturalmente, com o meu modesto apoio, onde quer que eu esteja."

Dito isso — conforme depoimento do deputado estadual Edward Abreu, de Minas Gerais, presente ao ato — levantou-se da mesa e saiu pela porta lateral do auditório da Secretaria de Saúde, aplaudidíssimo pela unanimidade dos convencionais. A seguir, dirigiu-se a seu automóvel e afastou-se para sempre da vida pública.

Mais que de uma simples renúncia, essas palavras refletem o altruísmo de Benedicto Valladares, presente em toda sua vida, como exemplo às gerações que ele queria ver renovar-se no cenário político do País. (Palmas.)

OSR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sr. Ministro Carlos Átila, Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Cláudia Sabino Macedo Soares, bisneta de Benedito Valadares e representando a família nesta sessão, Srs. Congressistas, minhas senhoras, meus senhores:

A Mesa associa-se a homenagem que o Congresso Nacional presta à memória de Benedito Valadares.

No prólogo de um dos seus livros — *Na Esteira do Tempo* — anotou Benedito Valadares — cujo centenário de nascimento estamos comemorando — que a maior parte dos pronunciamentos ali reunidos fazia elogio de mortos — “não destes que a saudade revive, ao redor do fogo, em noite de chuva mansa, nas vilas do interior, mas daqueles que se distanciaram dos outros pelos seus feitos, durante a profícua existência”.

Hoje, suas próprias palavras justificam a homenagem que lhe presta o Congresso Nacional, Casa onde militou por 26 anos de sua longa e profícua vida política. Associam-se, neste preito, familiares e amigos, testemunhas de suas qualidades pessoais “que a saudade revive”, ao lado de políticos, correligionários ou não, reconhecedores dos feitos que o levaram a destacar-se como administrador e estadista. Benedito Valadares Ribeiro, influenciando diretamente nos principais acontecimentos da vida brasileira, em quatro décadas de intensa atividade, não apenas se revelou hábil e respeitado, mas conseguiu sobressair-se na plêiade de nomes públicos mineiros, quando o seu Estado ascendia ao primeiro plano da política nacional.

Nascido no Município de Pará de Minas, em 4 de dezembro de 1892, filho do Tenente-Coronel Domingos Justino Ribeiro e de Antônia Valadares Ribeiro, Benedito Valadares trazia no sangue a vocação política. Registra o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro que o seu avô, Francisco Cordeiro dos Campos Valadares, foi Deputado Provincial no Império e que os seus tios Martinho Álvares da Silva Campos e Benedito Cordeiro da Cunha Valadares foram, respectivamente, Presidente do Conselho de Deputados no Império e na República.

Não vou, neste breve pronunciamento, entrar em detalhes biográficos ou esmiuçar a sua proveitosa contribuição dada ao País, na condição de homem público. Quero antes, como Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, apenas mencionar a sua vida política anterior, para fixar-me em sua atuação nesta egrégia Casa.

Após bacharelar-se, em 1920, em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro — então, Distrito Federal — retornou Benedito Valadares a Pará de Minas, onde exerceria a profissão por 13 anos, dedicando-se, paralelamente, à atividade política. Ali foi vereador e prefeito, granjeando prestígio e popularidade. Nomeado interventor em Minas Gerais por Getúlio Vargas, em 1933, foi confirmado governador, no período 1935/1937, e novamente interventor, no período 1937/1945.

Como governante, conta-nos o historiador João Camilo de Oliveira Torres, “concentrou-se em resolver problemas econômicos e financeiros, agindo sempre com prudência, mesmo no campo administrativo”.

Entre os fatos que marcaram sua administração, podem-se citar a implantação da Cidade Industrial, no município de Contagem, a construção do conjunto da Pampulha, a criação de órgãos de assistência, ensino e fomento da agricultura, a criação da Companhia de Armazéns Gerais, a abertura da estrada ligando o Triângulo Mineiro à Capital, o saneamento das finanças públicas.

Eleito deputado federal constituinte, em 1946, pela bancada de Minas Gerais, empestou sua contribuição à Câmara até 1955, quando elegeu-se senador com 761.006 votos — a maior votação para este cargo até então obtida em todo o País.

Reeleito em 1962, permaneceu no Senado até 1970, quando retirou-se da vida pública. Também na Câmara Alta teve notável participação. Foi membro das Comissões de Constituição e Justiça, e de Relações Exteriores; delegado à IX Sessão da Assembléia Geral da ONU; presidente da Comissão Especial do Vale do Rio Doce; membro da Comissão de Reforma Constitucional; líder da bancada; delegado à XV Sessão da Assembléia Geral da ONU; membro da Comissão de Serviço Público Civil; representante do Senado Federal junto à Assembléia-Geral da ONU; suplente das Comissões de Constituição e Justiça, do Distrito Federal, da Educação e Cultura, da Agricultura, dos Assuntos da Associação Latino Americana de Livre Comércio e das Minas e Energia; e ainda, Presidente da Comissão de Redação, e titular das Comissões de Ajustes Internacionais, de Legislação sobre Energia Atômica, e de Minas e Energia.

A par de suas atividades administrativas e parlamentares, nas quais se notabilizou, destacou-se na vida partidária como um dos próceres do PSD, partido que fundou e presidiu por muitos anos. Dele, disse Mário Mattos, ao prefaciar seu livro de memórias *Tempos Idos e Vividos*: “...Dentro de tal conformação, é dotado de capacidade de ação sem o parecer. Os que o imaginam tímido enganam-se: — é criatura de coragem física e cívica indomável, na hora própria”.

Este breve perfil, senhoras e senhores, revela-nos a vida de um homem que, após 40 anos de vida pública, retirou-se para viver seus últimos anos no aconchego do seu lar, sem ter acumulado riquezas, mas, tendo respeito e admiração de amigos, correligionários, e até adversários políticos. A este homem público, a este estadista que dignificou a política e soube cultivar as mais caras tradições do nosso Legislativo, o Congresso Nacional presta sua homenagem, reverenciando sua memória e seu exemplo.

Muito obrigado.

OSR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Ao encerrar a sessão, a Presidência agradece a presença das autoridades civis, diplomáticas e eclesiásticas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 50 minutos.)